



Câmara Municipal de Guar

Estado de São Paulo

PROJETO DE RESOLUÇÃO N /2016

JUSTIFICATIVA

Nós, Vereadores abaixo assinados, apresentamos a presente proposição visando a alteração do Regimento Interno desta Casa de Leis, pelo seguinte:

1) Quanto ao artigo primeiro, que trata da alteração do Título IX do Regimento Interno da Câmara Municipal de Guar, trata-se de necessária positivação dos procedimentos que devem ser adotados para o processo de Julgamento das Contas do Prefeito, que por se matéria de ordem procedimental terá eficácia imediata, respeitados os atos já praticados sob a vigência dos artigos modificados.

2) Já o segundo artigo do projeto, que modifica o artigo 173 do Regimento Interno, pretendem com tal alteração dar uma maior amplitude aos debates sobre assuntos de interesse de toda a população.

3) A inserção do inciso V, ao artigo 331, do Regimento Interno da Câmara Municipal, se faz necessário para que não se torne inócuas as mudanças pretendidas neste projeto.

Segue, para apreciação em Plenário, o projeto que segue anexo.

Guar, 02 de maio de 2016.

FABIANO DE FREITAS FIGUEIREDO

Vereador



Câmara Municipal de Guar

Estado de São Paulo

PROJETO DE RESOLUÇÃO N

Artigo 1 - O Título IX, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Guar, passa a ter a seguinte redação:

TÍTULO IX

DO JULGAMENTO DAS CONTAS DO PREFEITO

CAPÍTULO ÚNICO - DO PROCEDIMENTO DO JULGAMENTO

Art. 290 – As contas que o Prefeito Municipal deve prestar, anualmente, examinadas através do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado, serão julgadas pela Câmara Municipal, assegurado o direito do contraditório e ampla defesa.

Parágrafo nico - O julgamento das contas ocorrerá dentro dos seguintes preceitos:

I - recebido o parecer prévio do Tribunal de Contas, o Presidente da Câmara notificará a autoridade responsável pelas contas para que, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias contados da ciência, querendo, venha exercer seu direito de ampla defesa e do contraditório apresentando sua defesa escrita, que poderá ser subscrita por advogado habilitado e devidamente protocolizada;

II - vencido o prazo do inciso anterior, o Presidente da Câmara, no prazo de 5 (cinco) dias, encaminhará as contas com o parecer e a defesa escrita, se houver,  Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade terá o prazo de 15 (quinze) dias para emitir parecer, concluindo-o com projeto de Decreto Legislativo que aprove ou rejeite o parecer do Tribunal;

III – em caso de ser apresentada defesa e requerida a realizao de provas, fica estabelecido que:

a) em caso perícia técnica, a mesma será realizada sob as expensas do interessado, cujo trabalho deverá ser apresentado juntamente com a defesa escrita, não sendo admitida a prorrogao do prazo para a sua apresentao;

b) em caso da oitiva de testemunhas, deverá o interessado apresentar o rol em sua defesa, ficando o comparecimento das mesmas a cargo exclusivo do interessado, sob pena de preclusão;

c) a data da sessão para a oitiva das testemunhas arroladas, perante a Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade, deverá ser designada para ocorrer em até 15 (quinze) dias, contados da apresentao da defesa escrita ou da perícia técnica;



Câmara Municipal de Guar

Estado de São Paulo

d) deverá o interessado e/ou seu patrono indicar endereço de e-mail válido para a sua ciência quanto aos atos do procedimento de julgamento das contas, bem como acompanhar o Diário Oficial do Município, onde serão veiculadas todas as notificaes.

IV - o julgamento das contas prestadas anualmente pelo Prefeito Municipal deverá ser realizado no prazo de 200 (duzentos) dias, a contar da data do protocolo do parecer prévio elaborado pelo Tribunal de Contas do Estado;

V - o responsável pelas contas será notificado da inclusão de suas contas na pauta de reunião ordinária em que serão julgadas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, podendo requerer a realizao de defesa oral, até as 11 horas do dia do julgamento;

VI - a defesa oral referida no inciso anterior poderá ser feita pelo responsável pelas contas ou por seu advogado devidamente constituído, devendo tal circunstância constar do requerimento, e lhe será oportunizada logo após a leitura do parecer da Comissão de Orçamento Finanças e Contabilidade, pelo tempo de 15 minutos ininterruptos.

Art. 291 - A rejeio do parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado dependerá do voto de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara.

Art. 291-A - as contas do Município deverão ficar, anualmente, durante 60 (sessenta) dias,  disposio de qualquer contribuinte, em local de fácil acesso, para exame e apreciao, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade nos termos da lei;

Art. 291-B - no período previsto no inciso anterior, a Câmara Municipal manter servidores aptos a esclarecer os contribuintes;

Art. 291-C - aprovadas ou rejeitadas as contas, será imediatamente dado conhecimento do ato ao Ministério Público do Estado de São Paulo, para os devidos fins;

Art. 291-D - aprovadas ou rejeitadas as contas do Prefeito, será publicado o parecer do Tribunal de Contas com as respectivas decisões da Câmara Municipal no Diário Oficial do Município, bem como será remetido ao Tribunal de Contas do Estado.

Artigo 2 - O artigo 173 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Guar passa a vigorar com a seguinte redao:

Art. 173 - Explico Pessoal é a fase destinada à manifestao dos Vereadores sobre atitudes pessoais ou qualquer outro assunto de interesse do município.

 1 - A Explico Pessoal terá a durao máxima e improrrogável de trinta minutos.



Câmara Municipal de Guar

Estado de São Paulo

 2 - O Presidente conceder a palavra aos Oradores inscritos, segundo a ordem de inscrição, obedecidos os critérios estabelecidos neste Regimento.

 3 - A inscrição para falar em Explicação Pessoal será solicitada durante a sessão e anotada cronologicamente pelo 1 Secretário em Livro próprio.

 4 - O Orador terá o prazo máximo de dez minutos, para uso da palavra e não poderá desviar-se da finalidade da Explicação Pessoal, podendo se aparteado.

 5 - O não atendimento do disposto no  anterior, sujeitará o Orador  advertência pelo Presidente e, na reincidência, a casso da palavra

 6 - A sessão poderá ser prorrogada para uso da palavra em Explicação Pessoal.

Artigo 3 - Fica inserido no artigo 331, o seguinte inciso:

V – Deixar de cumprir qualquer prazo previsto neste Regimento Interno.

Artigo 4 - A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.